

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	7
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	9
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	10
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	12
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	13
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	14
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	15
----------------------------------	----

Relatório da Administração	17
----------------------------	----

Notas Explicativas	26
--------------------	----

Proposta de Orçamento de Capital	64
----------------------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	65
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	66
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	67
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	175.000.000
Preferenciais	0
Total	175.000.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
1	Ativo Total	3.532.694	3.151.714	2.726.828
1.01	Ativo Circulante	277.070	221.830	158.871
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	127.577	95.492	40.900
1.01.03	Contas a Receber	124.609	114.868	103.627
1.01.03.01	Clientes	124.609	114.868	103.627
1.01.03.01.01	Contas a receber	6.811	5.851	6.673
1.01.03.01.02	Créditos com Partes relacionadas	117.798	109.017	96.954
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.546	141	2.913
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.546	141	2.913
1.01.06.01.01	Impostos a recuperar	5.546	141	2.913
1.01.07	Despesas Antecipadas	6.039	5.429	5.573
1.01.07.01	Despesas antecipadas	6.039	5.429	5.573
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	13.299	5.900	5.858
1.01.08.03	Outros	13.299	5.900	5.858
1.01.08.03.01	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	4.727	4.727	4.727
1.01.08.03.02	Outros créditos	8.572	1.173	1.131
1.02	Ativo Não Circulante	3.255.624	2.929.884	2.567.957
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	953.473	755.912	639.298
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	831.239	696.057	573.373
1.02.01.07.01	Despesa antecipada outorga fixa	831.239	696.057	573.373
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	352	0	138
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	352	0	138
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	121.882	59.855	65.787
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	2.239	1.436	2.943
1.02.01.09.04	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	51.997	56.724	61.451
1.02.01.09.05	Outros créditos	1.179	1.695	1.393
1.02.01.09.06	Contas a Receber com Operações de Derivativos	66.467	0	0
1.02.03	Imobilizado	119.374	125.013	128.479
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	100.710	108.891	71.955

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	18.664	16.122	56.524
1.02.04	Intangível	2.182.777	2.048.959	1.800.180
1.02.04.01	Intangíveis	2.182.777	2.048.959	1.800.180

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2	Passivo Total	3.532.694	3.151.714	2.726.828
2.01	Passivo Circulante	477.213	344.691	381.602
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	16.868	14.616	13.810
2.01.01.01	Obrigações Sociais	16.868	14.616	13.810
2.01.01.01.01	Obrigações sociais e trabalhistas	16.868	14.616	13.810
2.01.02	Fornecedores	28.987	43.854	24.337
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	28.797	43.854	24.337
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	190	0	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	129.232	186.438	152.171
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	120.526	177.097	143.908
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	120.526	130.463	100.394
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições parcelados	0	38.657	36.650
2.01.03.01.03	Impostos e contribuições federais retidos	0	2.206	1.543
2.01.03.01.04	Pis e Cofins a recolher	0	5.771	5.321
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	0	157	173
2.01.03.02.01	Outros impostos a recolher	0	157	173
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	8.706	9.184	8.090
2.01.03.03.02	ISS a recolher	8.706	9.184	8.090
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	208.817	80.076	169.052
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	45.413	45.859	46.571
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	45.413	45.859	46.571
2.01.04.02	Debêntures	163.404	34.217	122.481
2.01.05	Outras Obrigações	72.299	17.872	14.789
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	9.606	13.064	5.509
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	9.606	13.064	5.509
2.01.05.02	Outros	62.693	4.808	9.280
2.01.05.02.04	Obrigações com poder concedente	2.519	2.375	4.349
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	2.853	2.433	4.931
2.01.05.02.06	Mútuos - partes relacionadas	5.917	0	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2.01.05.02.07	Contas a pagar com operações de derivativos	51.404	0	0
2.01.06	Provisões	21.010	1.835	7.443
2.01.06.02	Outras Provisões	21.010	1.835	7.443
2.01.06.02.04	Provisão de Manutenção	21.010	1.835	7.443
2.02	Passivo Não Circulante	2.468.696	2.136.614	1.740.860
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.007.339	1.623.227	1.265.814
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	52.682	97.797	143.227
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	52.682	97.797	143.227
2.02.01.02	Debêntures	1.954.657	1.525.430	1.122.587
2.02.02	Outras Obrigações	283.323	382.767	381.475
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	269.217	32	0
2.02.02.02	Outros	14.106	382.735	381.475
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições parcelados	0	350.639	364.820
2.02.02.02.05	Outras contas a pagar	0	15.380	16.655
2.02.02.02.06	Contas a pagar com Operações de Derivativos	0	16.716	0
2.02.03	Tributos Diferidos	135.261	108.074	91.726
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	135.261	108.074	91.726
2.02.04	Provisões	42.773	22.546	1.845
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	42.773	22.546	1.845
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	4.864	0	0
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	4.470	0	0
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.880	0	0
2.02.04.01.05	Provisão para contingências	0	6.826	1.242
2.02.04.01.06	Provisão de manutenção	31.559	15.720	603
2.03	Patrimônio Líquido	586.785	670.409	604.366
2.03.01	Capital Social Realizado	246.750	246.750	246.750
2.03.04	Reservas de Lucros	340.035	423.659	357.616
2.03.04.01	Reserva Legal	49.350	49.350	49.350
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	196.685	197.309	197.266

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	94.000	177.000	111.000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.027.356	2.030.729	1.681.632
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-722.744	-813.903	-578.435
3.02.01	Custo de construção	-215.239	-315.837	-117.334
3.02.02	Provisão de manutenção	-35.548	-30.078	-28.006
3.02.03	Depreciação e amortização	-127.341	-103.871	-89.582
3.02.04	Custo da outorga	-181.739	-189.637	-191.958
3.02.05	Serviços	-70.316	-81.179	-52.388
3.02.06	Custo com pessoal	-59.321	-59.778	-56.097
3.02.07	Materiais, equipamentos e veículos	-17.834	-13.635	-13.895
3.02.08	Outros	-15.406	-19.888	-29.175
3.03	Resultado Bruto	1.304.612	1.216.826	1.103.197
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-111.872	-103.613	-101.732
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-109.086	-103.011	-100.079
3.04.02.01	Serviços	-53.773	-47.225	-58.516
3.04.02.02	Despesas com pessoal	-23.341	-19.880	-17.276
3.04.02.03	Materiais, equipamentos e veículos	-2.258	-2.810	-2.080
3.04.02.04	Depreciação e Amortização	-4.187	-3.163	-1.714
3.04.02.05	Outros	-25.527	-29.933	-20.493
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.524	1.293	2.367
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-4.310	-1.895	-4.020
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.192.740	1.113.213	1.001.465
3.06	Resultado Financeiro	-191.653	-117.086	-152.849
3.06.01	Receitas Financeiras	133.688	52.132	12.501
3.06.02	Despesas Financeiras	-325.341	-169.218	-165.350
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.001.087	996.127	848.616
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-331.711	-335.084	-284.751
3.08.01	Corrente	-304.524	-318.736	-268.469
3.08.02	Diferido	-27.187	-16.348	-16.282
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	669.376	661.043	563.865

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	669.376	661.043	563.865
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	3,82501	3,77739	3,22209
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	3,82501	3,77739	3,22209

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	669.376	661.043	563.865
4.03	Resultado Abrangente do Período	669.376	661.043	563.865

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	763.799	760.653	700.026
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.077.710	951.767	868.052
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	669.376	661.043	563.865
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	27.187	16.348	16.282
6.01.01.03	Apropriação de despesa antecipadas	4.727	4.727	4.727
6.01.01.04	Depreciação e amortização	131.528	107.034	91.296
6.01.01.05	Baixa do ativo imobilizado	4.304	1.895	3.476
6.01.01.06	Baixa do ativo intangível	0	0	544
6.01.01.07	Juros e var.monet.s/debêntures, emprést.e financ.	200.587	128.614	135.831
6.01.01.08	Juros sobre impostos parcelados	23.054	22.770	27.747
6.01.01.09	Juros sobre mútuos	5.917	0	0
6.01.01.11	(Reversão) provisão devedores duvidosos	768	-293	190
6.01.01.12	Constituição e reversão da provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	8.345	7.636	617
6.01.01.13	Constituição da provisão de manutenção	35.548	30.078	28.006
6.01.01.14	Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	2.641	823	3.850
6.01.01.15	Capitalização de custos dos empréstimos	-28.510	-17.381	-8.379
6.01.01.16	Resultado de operações com derivativos	-7.762	-11.527	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-313.911	-191.114	-168.026
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-1.728	1.115	-1.797
6.01.02.02	Contas a receber - Partes relacionadas	-9.133	-11.925	-5.267
6.01.02.03	Tributos a recuperar	-5.405	2.772	329
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-8.296	0	1.403
6.01.02.05	Despesas antecipadas outorga fixa	-135.182	-122.684	-114.445
6.01.02.06	Outras contas a receber	0	1.307	-659
6.01.02.07	Fornecedores	30.144	-25.167	-12.061
6.01.02.08	Fornecedores - Partes relacionadas	-17.039	-5.463	-172
6.01.02.09	Obrigações sociais e trabalhistas	2.252	806	2.829
6.01.02.10	Imp.e contrib.recolher e parcel.e prov. IR/CS	-106.613	-2.684	46.708
6.01.02.11	Pagamentos com IR e CS	-55.069	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.01.02.12	Obrigações com o poder concedente	144	-1.974	-404
6.01.02.13	Realização da provisão de manutenção	-3.175	-21.392	-83.776
6.01.02.14	Outras contas a pagar	-854	-3.773	-714
6.01.02.15	Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdênciaários	-3.957	-2.052	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-266.963	-279.127	-171.881
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-20.228	-20.215	-47.454
6.02.02	Adições ao ativo intangível	-246.735	-258.912	-124.427
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-464.751	-426.934	-617.225
6.03.04	Dividendos pagos	-753.000	-595.000	-409.500
6.03.05	Emprést.,financ,debênt.e arrend.merctl. - captações	537.320	440.883	1.144.816
6.03.06	Emprést.,financ,debênt.e arrend.merctl.-pagamentos de principal	-72.274	-151.818	-1.224.454
6.03.07	Emprést.,financ,debênt.e arrend.merctl-pagamento de juros	-146.469	-118.545	-128.087
6.03.08	Liquidação de Operações com Derivativos	-30.328	-2.454	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	32.085	54.592	-89.080
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	95.492	40.900	129.980
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	127.577	95.492	40.900

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	246.659	177.000	0	670.409
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	246.659	177.000	0	670.409
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-197.309	-177.000	0	-374.309
5.04.06	Dividendos	0	0	-197.309	-177.000	0	-374.309
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	669.376	0	669.376
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	669.376	0	669.376
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	196.685	-575.376	0	-378.691
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	196.685	-196.685	0	0
5.06.04	Dividendos antecipados	0	0	0	-378.691	0	0
5.07	Saldos Finais	246.750	0	246.035	94.000	0	586.785

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	246.616	111.000	0	604.366
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	246.616	111.000	0	604.366
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-19.612	-575.388	0	-595.000
5.04.06	Dividendos	0	0	-19.612	-575.388	0	-595.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	661.043	0	661.043
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	661.043	0	661.043
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	19.655	-19.655	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	19.655	-19.655	0	0
5.07	Saldos Finais	246.750	0	246.659	177.000	0	670.409

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	203.251	0	0	450.001
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	203.251	0	0	450.001
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-153.901	-255.599	0	-409.500
5.04.06	Dividendos	0	0	-153.901	-255.599	0	-409.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	563.865	0	563.865
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	563.865	0	563.865
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	197.266	-197.266	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	197.266	-197.266	0	0
5.07	Saldos Finais	246.750	0	246.616	111.000	0	604.366

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.01	Receitas	2.213.229	2.192.661	1.811.056
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.156.356	2.150.692	1.787.489
7.01.02	Outras Receitas	56.873	41.969	23.567
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-443.998	-539.182	-321.680
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-100.942	-112.794	-92.607
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-92.269	-80.473	-83.733
7.02.04	Outros	-250.787	-345.915	-145.340
7.02.04.01	Custo de construção	-215.239	-315.837	-117.334
7.02.04.02	Provisão de manutenção	-35.548	-30.078	-28.006
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.769.231	1.653.479	1.489.376
7.04	Retenções	-131.528	-107.034	-91.296
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-131.528	-107.034	-91.296
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.637.703	1.546.445	1.398.080
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	133.688	52.132	12.501
7.06.02	Receitas Financeiras	133.688	52.132	12.501
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.771.391	1.598.577	1.410.581
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.771.391	1.598.577	1.410.581
7.08.01	Pessoal	72.781	70.213	64.004
7.08.01.01	Remuneração Direta	49.497	50.476	43.905
7.08.01.02	Benefícios	18.736	15.403	16.054
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.739	2.659	2.521
7.08.01.04	Outros	1.809	1.675	1.524
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	494.659	490.688	424.612
7.08.02.01	Federais	396.024	397.489	339.999
7.08.02.02	Estaduais	239	166	185
7.08.02.03	Municipais	98.396	93.033	84.428
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	534.575	376.633	358.100
7.08.03.01	Juros	351.642	185.343	164.515
7.08.03.02	Aluguéis	1.194	1.653	1.626

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.08.03.03	Outras	181.739	189.637	191.959
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	669.376	661.043	563.865
7.08.04.02	Dividendos	378.691	464.388	255.599
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	290.685	196.655	308.266

Relatório da Administração

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. Sobre a Companhia

1.1 Aos acionistas

É com satisfação que submetemos à apreciação de V. Sas., o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da CCR AutoBAN S.A., relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, acompanhados do Relatório dos auditores independentes.

1.2 Apresentação

A AutoBAN S.A. (CCR AutoBAN ou Companhia) é uma sociedade por ações controlada pela CCR S.A. (“CCR”), a qual detém, direta e indiretamente, 100% do capital social da Companhia.

A Concessão do Sistema Anhanguera-Bandeirantes, com sede localizada na cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, foi outorgada em 1998. O sistema é composto pelas Rodovias Anhanguera, Bandeirantes, Adalberto Panzan e Dom Gabriel Paulino Bueno e Couto e cobre atualmente um trecho de 316,8 quilômetros. Em 2010 a Companhia passou a administrar as pistas da marginal do rio Tiête em São Paulo, com responsabilidade pela manutenção do trecho entre os quilômetros 4,4 e 1,7 da marginal direita (quando percorrida na direção do rio Pinheiros) e entre os quilômetros 1,1 e 4,4 da marginal esquerda (quando percorrida na direção da Rodovia Ayrton Senna). A Rodovia Dom Gabriel Paulino Bueno e Couto liga as Rodovias Anhanguera e Bandeirantes na região de Jundiaí e a Rodovia Adalberto Panzan na região de Campinas.

As rodovias da Companhia localizam-se em regiões estratégicas e economicamente desenvolvidas no Estado de São Paulo, onde 23% de todos os veículos do país estão concentrados, de acordo com informação publicada pelo Departamento Nacional de Trânsito (“DENATRAN”) em dezembro de 2014, e onde aproximadamente 18% do PIB brasileiro é gerado, calculado de acordo com informações publicadas pelo IBGE em 2010.

Além disso, o Sistema Anhanguera-Bandeirantes, juntamente com outras rodovias, liga os maiores centros urbanos, bem como outras importantes regiões do Estado de São Paulo ao Porto de Santos, configurando rota de escoamento natural das exportações brasileiras. O Sistema Anhanguera-Bandeirantes é um instrumento importante na economia e na integração dos municípios da região.

O Sistema Anhanguera-Bandeirantes possui oito praças de pedágio, treze bases de atendimento ao usuário, sete estações de pesagem e um CCO (Centro de Controle Operacional). O sistema de monitoramento de tráfego é operado com 97 câmeras de TV, interligadas por redes de fibras ópticas ao CCO, cobrindo 92% do sistema rodoviário. No CCO existe uma posição exclusiva para uso da Polícia Militar Rodoviária (PMRv), a qual opera 24 horas, de onde é possível acionar com maior rapidez os recursos externos e bases da Polícia Militar Rodoviária (PMRv), a CETESB, a Defesa Civil e os Bombeiros, contribuindo de forma ágil ao atendimento das diversas situações registradas diariamente nas rodovias.

Durante os últimos 16 anos a CCR AutoBAN vem desenvolvendo diversos trabalhos a exemplo dos serviços de engenharia, conservação, atendimento e educação no Sistema Anhanguera-Bandeirantes, o que possibilitou a redução de 25,7% no índice de acidentes e 12,7% no índice de feridos. Nesse mesmo período o índice de mortes foi reduzido em 70% considerando-se a extensão da rodovia, o fluxo de veículos que transitaram e o número de dias do período, atingindo o menor índice desde o início da Concessão.

O Serviço de Atendimento ao Usuário atua 24 horas por dia, contribuindo para a melhoria contínua da segurança dos usuários e fluidez do tráfego. Em 2014, o Centro de Controle Operacional (CCO), registrou 237.047 atendimentos. Foram realizados 105.894 atendimentos pelos guinchos, 17.417

Relatório da Administração

pelos resgates, 102.962 pelos veículos de inspeção de tráfego. Atendimentos realizados por outros veículos (caminhão munck, apreensão de animal e irrigadeira) totalizaram 10.774.

Atualmente, uma viatura de atendimento pré-hospitalar chega ao local do acidente em 7'47" minutos, e o guincho, em 17'27" minutos (tempos em 85% dos casos), em média.

Em atendimento ao contrato de concessão, a concessionária fornece veículos de patrulhamento à polícia rodoviária e demais subsídios necessários à operação dentro da área de atuação da concessão.

O prazo original da concessão de 20 anos, até 30 de abril de 2018, por outorga do Estado de São Paulo, representado pelo Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo ("DER/SP"), foi alterado no dia 20 de dezembro de 2006, através de Termo Aditivo Modificativo ao Contrato de Concessão, pelo qual se reequilibrou a equação econômico-financeira da concessão, estendendo-se o prazo de concessão em 104 meses, com nova data de término em primeiro de janeiro de 2027, em razão dos impactos decorrentes de diversos fatores: tributos, escalonamento do reajuste de 2003 e readequações dos cronogramas de investimentos.

1.3 Destaques do Ano de 2014

Destaque financeiro:

- Em 27 de outubro, a Companhia realizou a 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografia, em série única, no montante de R\$ 545.000.

Dividendos:

- No dia 15 de abril de 2014, os acionistas da Companhia aprovaram, em Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária, a distribuição complementar de dividendos intermediários relativos ao ano de 2013, proposto pela Administração da Companhia, no valor de R\$ 177.000 distribuídos conforme segue: R\$ 80.500, dia 29 de abril de 2014; R\$ 68.250, dia 30 de maio de 2014 e R\$ 28.250, dia 31 de julho de 2014.
- No dia 31 de julho de 2014, a Companhia efetuou o pagamento de dividendos intermediários referentes reserva de retenção de lucros, no valor de R\$ 43.500, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração na mesma data, a ser ratificada na próxima AGO.
- No dia 29 de agosto de 2014, a Companhia efetuou o pagamento de dividendos intermediários referentes a reserva de retenção de lucros, no valor de R\$ 70.000, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração na mesma data, a ser ratificada na próxima AGO.
- No dia 29 de outubro de 2014, a Companhia efetuou o pagamento de dividendos intermediários referentes à reserva de retenção de lucros, no valor de R\$ 83.809, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração na mesma data, a ser ratificada na próxima AGO.
- No dia 29 de outubro de 2014, a Companhia efetuou o pagamento de dividendos intermediários referentes ao exercício de 2014, no valor de R\$ 378.691, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração na mesma data, a ser ratificada na próxima AGO.

Destaque operacional:

- Em 2014 a Companhia atingiu o menor índice de acidentes da concessão. Este índice considera o número de dias do período, a quantidade de acidentes, o VDM (volume diário médio de veículos), e a extensão do trecho.

Relatório da Administração

2. Estratégia e Gestão

2.1 Governança Corporativa

Conselho de Administração

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela legislação aplicável e de acordo com seu Estatuto Social. O Conselho de Administração é, atualmente, composto por oito membros efetivos, residentes no país.

Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração, são eleitos pelos seus acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros do Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária, da Companhia.

Diretoria Executiva

Os Diretores são responsáveis pela administração cotidiana e são eleitos pelo Conselho de Administração para um prazo de mandato de um ano, podendo ser reeleitos. Atualmente, a Diretoria é composta por dois membros, sendo um deles Diretor Presidente e o outro Diretor de Operações, conforme Estatuto Social da Companhia.

O cargo de Diretor de Relações com Investidores da Companhia é exercido pelo Sr. Mauricio Soares Vasconcellos. A Diretoria de Relações com Investidores está localizada na Av. Professora Maria do Carmo Guimarães Pellegrini, nº 200, Bairro do Retiro, Jundiaí, Estado de São Paulo e no endereço eletrônico www.grupoccr.com.br/autoban. O Sr. Maurício Soares Vasconcellos pode ser contatado no telefone (11) 4589-4004 ou pelo e-mail cvm.autoban@grupoccr.com.br.

Outras informações da Companhia podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da própria Companhia e da CVM.

2.2 Gestão de Pessoas

A Companhia acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável.

Em 2014 foram investidos R\$ 619 na capacitação de 1.316 colaboradores.

3. Desempenho Econômico e Financeiro

3.1 Mercado

A Companhia administra um sistema de rodovias que percorre a região sudeste do país, uma das regiões mais importantes economicamente do Brasil e interliga a cidade de São Paulo com o interior do Estado de São Paulo, incluindo a cidade de Campinas. Ele, em conjunto com outras rodovias, interliga, portanto, grandes centros urbanos no interior do Estado de São Paulo e áreas adjacentes, assim como outras regiões importantes do Estado com o porto de Santos, facilitando, assim, o fluxo natural de exportações brasileiras. A Companhia acredita que este sistema é um elemento importante para a economia do Estado de São Paulo, estando sujeita às condições econômicas e políticas da região e do país.

Relatório da Administração**3.2 Desempenho**

Em R\$ mil	2014	2013	Var. %
Receita líquida	2.027.356	2.030.729	-0,17%
Receita de pedágio	1.941.117	1.834.855	5,79%
Receita de construção (ICPC 01 R1)	215.239	315.837	-31,85%
Outras receitas	28.363	24.588	15,35%
(-) Deduções da receita bruta	157.363	144.551	8,86%
(-) Custos e despesas (a)	834.613	917.516	-9,04%
Custos de construção (ICPC 01 R1)	215.239	315.837	-31,85%
Demais custos e despesas	619.374	601.679	2,94%
(-) Resultado financeiro líquido	191.653	117.086	63,69%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	331.714	335.084	-1,01%
Lucro líquido	669.376	661.043	1,26%
(+) Resultado financeiro líquido	191.653	117.086	63,69%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	331.714	335.084	-1,01%
EBIT (b)	1.192.743	1.113.213	7,14%
Margem EBIT	58,83%	54,82%	4,0 p.p.
Margem EBIT ajustada (c)	65,82%	64,91%	0,9 p.p.
(+) Depreciação/amortização	131.528	107.034	22,88%
EBITDA (b)	1.324.271	1.220.247	8,52%
Margem EBITDA	65,32%	60,09%	5,2 p.p.
(+) Provisão de manutenção (d)	35.548	30.078	18,19%
(+) Despesas antecipadas ao resultado (e)	4.727	4.727	0,00%
EBITDA ajustado	1.364.546	1.255.052	8,72%
Margem EBITDA ajustada (f)	75,30%	73,19%	2,1 p.p.
Dívida bruta	2.216.156	1.703.303	30,11%
Investimentos	264.011	354.242	-25,47%
Veículos equivalentes (em milhares)	281.774	274.656	2,59%

- (a) Custos totais: custos dos serviços prestados + custos de construção + despesas gerais e administrativas e outras receitas e despesas operacionais.
- (b) Calculados de acordo com a Instrução CVM nº 527/12.
- (c) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas Receitas líquidas sem considerar a receita de construção, uma vez que igual valor, líquido de impostos, afeta os custos totais..
- (d) A provisão de manutenção refere-se à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras.
- (e) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras.
- (f) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, uma vez que igual valor, líquido de impostos, afeta os custos totais.

Relatório da Administração

3.2.1 Receita operacional consolidada

A receita de pedágio em 2014 totalizou R\$ 1.941.117 (+ 5,8% sobre 2013) e representou 98,6% do total da receita (sem receita de construção). O incremento das receitas de pedágio é consequência do tráfego que, medido em termos de veículos equivalentes, teve crescimento de 2,6% em relação a 2013 e da correção da tarifa média, que apresentou crescimento de 2,7%.

3.2.2 Custos e despesas totais

Os custos totais apresentaram uma redução de 9,0% em relação a 2013, perfazendo R\$ 834.613 no ano de 2014. Os principais motivos dessa variação estão indicados abaixo:

- Os custos de construção atingiram R\$ 215.239. A redução de 31,9% em relação a 2013 decorreu do menor investimento em melhorias (*upgrade*) conforme o cronograma de investimentos de cada ano.
- A provisão de manutenção atingiu R\$ 35.548 e apresentou um aumento de R\$ 18,2% em 2014, em relação ao ano de 2013. Durante o exercício de 2014, foram realizadas revisões das estimativas dos custos da provisão de manutenção.
- Os custos e despesas de depreciação e amortização somaram R\$ 131.528 no ano de 2014. O crescimento de 22,9% decorre, substancialmente, dos investimentos que entraram em operação.
- O Custo de Outorga (que inclui a apropriação de despesas antecipadas) atingiu R\$ 181.739. A redução de 4,2% deveu-se à redução da parcela de ônus variável de 3% para 1,5% da receita, em compensação ao não reajuste das tarifas, conforme deliberado pelo Conselho Diretor da ARTESP.
- Os custos e as despesas dos serviços totalizaram R\$ 124.089 no ano de 2014, uma redução de 3,4%, principalmente pela maior execução de recuperações pontuais de pavimento no exercício de 2013.
- Os custos e as despesas com pessoal atingiu R\$ 82.662 no ano de 2014, registrando um aumento de 3,8%. Esse aumento deveu-se principalmente ao dissídio de 5%, ocorrido em março de 2014.
- Os outros custos e outras despesas (seguros, alugueis, marketing, meios eletrônicos de pagamentos, materiais, equipamentos, veículos e outros), apresentaram redução de 7,9% e atingiram R\$ 61.025 no ano de 2014. A redução ocorreu, principalmente pelo fim do desconto de 50% na mensalidade dos usuários do Sem Parar com mais de 10 passagens mensais e pela redução dos custos dos seguros.

3.2.3 Resultado financeiro

No ano de 2014, as operações financeiras da Companhia geraram um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 191.653, comparado a um resultado negativo de R\$ 117.086 em 2013. O incremento de 63,7% ocorreu, substancialmente, pelo lançamento de debêntures da Companhia em outubro de 2013 e 2014.

3.2.4 Lucro Líquido

Em 2014, o lucro líquido atingiu R\$ 669.376, apresentando um aumento de 1,26% em relação a 2013.

3.2.5 Dívida

Relatório da Administração

Em 2014, a dívida líquida alcançou R\$ 2.216.156 em comparação a R\$ 1.703.303 em 2013, em moeda local, sendo 90,6% do montante com vencimento em longo prazo.

O incremento da dívida deveu-se, principalmente, à 6ª emissão de debêntures.

3.2.6 Investimentos

No acumulado do ano de 2014, os investimentos somaram R\$ 264.011.

Entre diversas obras e melhorias, destacam-se:

- SP348 - Implantação de 5ª faixa Km 16+000 ao 47+000
- SP330 - Implantação de Marginais Km 103+000 ao 120+000
- SP330 - Implantação de 3ª faixa Km 120+000 ao 147+000
- SP330 - Implantação de 3ª faixa Km 71+000 ao 76+000
- SP330 - Implantação de Marginal Km 86+000 ao 92+000 Pista Sul
- SP330 - Implantação de 3ª faixa km 18+000 ao km 25+000
- SP330 - Recuperação de pavimento
- Implantação de Dispositivos de Segurança

4. Sustentabilidade

O Grupo CCR adota princípios como transparência e equidade na gestão de seus negócios.

Dentre os comitês de gestão que integram o Conselho de Administração da CCR, o Comitê de Estratégia e Sustentabilidade tem a responsabilidade de garantir a inclusão de aspectos socioambientais na gestão de riscos e estratégia de crescimento do Grupo.

O Grupo CCR trabalha suas estratégias de negócio por meio de um processo de gestão integrada, buscando gerar valor nos seguintes capitais:

- Capital financeiro: redução de custos, geração de receitas e acesso ao capital;
- Capital social: desenvolvimento local, isto é inclusão social, educação, saúde, cultura e esporte;
- Capital humano: treinamento, capacitação, qualidade de vida, inovação e realização pessoal;
- Capital manufaturado: infraestrutura e equipamentos para a empresa desenvolver seus serviços;
- Capital natural: redução de poluição e redução da degradação dos sistemas naturais;
- Capital intelectual: conhecimento e propriedade intelectual.

4.1 Desempenho Social

No que diz respeito ao capital social, a CCR AutoBAn desenvolve e apoia diversos projetos junto a seus públicos de relacionamento. Em 2014, a Companhia apoiou 22 ações culturais, sociais ou esportivas que beneficiaram 424 mil pessoas em 23 municípios limieiros ao Sistema Anhanguera-Bandeirantes.

4.1.1 Capital Social e de Relacionamento - *Stakeholders*

Como exemplo de projetos sociais realizados pela Companhia, o Programa Estrada para a Cidadania é desenvolvido nos municípios de Americana, Caieiras, Cajamar, Cordeirópolis, Francisco Morato,

Relatório da Administração

Franco da Rocha, Itupeva, Hortolândia, Louveira, Monte Mor, Nova Odessa, Santa Bárbara d'Oeste, Sumaré, Várzea Paulista e Vinhedo. O programa atendeu no último ano mais de 34 mil alunos de 4º e 5º ano, além de cerca de 900 professores do ensino fundamental das escolas municipais, e tem como objetivo conscientizar para o respeito à vida, a preservação do meio ambiente e formar pedestres e futuros motoristas mais conscientes de suas responsabilidades. Por meio das atividades realizadas dentro e fora da sala de aulas, os alunos são estimulados a transmitir os valores aprendidos à família e à comunidade.

Outro programa de destaque é o Estrada para a Saúde. A Companhia, atenta às dificuldades do caminhoneiro para cuidar de sua saúde e aos riscos de acidentes, lançou o programa em agosto de 2006, que oferece atendimentos gratuitos aos caminhoneiros, que podem realizar exames de tipagem sanguínea, fator Rh, glicemia, colesterol e pressão arterial; acuidade visual; cálculo de IMC; cuidar da saúde bucal (tratamento odontológico preventivo, limpeza e restaurações), além de usufruir de outros serviços como corte de cabelo, massagem bioenergética e cuidados com os pés (podologia).

Em 2014, o projeto atendeu mais de 15 mil caminhoneiros e tem parceria com a Rede Graal e Interodonto.

É possível conhecer mais sobre os projetos socioambientais da CCR AutoBAn e das demais unidades do Grupo CCR no endereço eletrônico www.grupoccr.com.br/sustentabilidade.

4.1.2 Capital Humano e Intelectual

A Companhia trabalha ativamente de maneira a desenvolver seus colaboradores. Em continuidade ao trabalho que vem sendo realizado, no ano de 2014 ocorreram diversos treinamentos, destacando-se: Programa de Desenvolvimento de Lideranças (PDL), Programa de Travessia e o Programa de Formação dos Líderes da Arrecadação, que pretendem conscientizar e desenvolver a liderança, com foco nas pessoas. Além da disseminação da Visão, Valores e Crenças do Grupo CCR, promovendo melhorias no atendimento aos usuários.

A Companhia realizou o 7ª Programa de Formação de Profissionais – Trainee, reforçando seu compromisso com o desenvolvimento dos colaboradores como parte de seu crescimento qualificado.

Buscando incluir e desenvolver pessoas com deficiência, a CCR AutoBAn possui Programa de Inclusão que conta com diversas ações de capacitação e aproveitamento profissional, além de palestras de sensibilização e conscientização dos colaboradores em relação à inclusão.

4.2 Desempenho Ambiental

4.2.1 Capital Natural

A Companhia possui um programa estruturado com metas, recursos e responsáveis definidos para a gestão de recursos ambientais. Este programa tem foco na melhoria contínua, baseada em abordagens preventivas de gestão ambiental, visando ao uso e consumo sustentável de recursos naturais renováveis.

No que concerne à emissão de Gases do Efeito Estufa, em 2014 a Companhia atingiu suas metas e reduziu suas emissões absolutas e relativas diretas.

Durante 2014 houve uma redução do consumo de água. Entre as ações realizadas estão a utilização de reuso de água na sede da Companhia e a implantação de captação de água de chuva.

A Companhia também atingiu sua meta em relação ao consumo de combustíveis fósseis, chegando à redução de 4% em relação a 2013.

Relatório da Administração

Quanto aos recursos energéticos, durante 2014 a CCR AutoBAn investiu em novas tecnologias para a redução do consumo de energia elétrica. Entre as ações estão: substituição de lâmpadas comuns por LED, implantação de novo sistema de ar condicionado com maior eficiência e utilização de energia solar em equipamentos operacionais.

Em relação à gestão de resíduos sólidos, a Companhia manipula, armazena, trata, destina e realiza logística reversa, quando aplicável, dos resíduos que gera.

4.2.2 Capital Manufaturado

A geração de capital manufaturado se dá por meio de melhorias na infraestrutura da Companhia, aumentando a funcionalidade e eficiência de edificações, pavimentos e equipamentos.

Na Rodovia dos Bandeirantes, a reconstrução do pavimento contemplou o reaproveitamento dos materiais retirados, que foram reciclados, e também revestimento asfáltico com borracha de mais de 450 mil pneus usados, que seriam descartados. Além da vantagem de caráter socioambiental, o asfalto borracha é mais durável e gera menos ruído quando da passagem dos veículos pela rodovia, e maior aderência aos pneus, proporcionando conforto e segurança aos usuários.

Além da reciclagem e do asfalto borracha, a Companhia utilizou asfalto morno, que permite a produção de misturas asfálticas com redução de temperaturas em até 40°C. Esse processo inovador desenvolvido no Centro de Pesquisas Rodoviárias (CPR) gera benefícios ambientais, como a redução das emissões de poluentes, do consumo de combustíveis, construtivos e melhora as condições de trabalho durante o processo de pavimentação, gerando também Capital Intelectual, Natural e Humano respectivamente.

4.3 Reconhecimentos e Prêmios

- Rodovia dos Bandeirantes – “Melhor Rodovia do País” pelo Guia 4 Rodas, pelo 9º ano consecutivo;
- “Melhor Concessionária”, conquistado pela 9ª vez, conferido pela NTC & Logística – Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística;
- Rodovia dos Bandeirantes - 1º lugar no Prêmio da Confederação Nacional dos Transportes, pelo 6º ano e Via Anhanguera o 2º lugar;
- Prêmio “Marcas de Sucesso” – Correio Popular, pelo 10º ano;
- Melhor Concessionária de Rodovias, Prêmio Maiores e Melhores do Transporte e Logística, da Editora OTM;
- Prêmio Líderes da Região Metropolitana de Campinas na categoria Líder em Serviços.

5. Considerações Finais

5.1 Agradecimentos

Gostaríamos de expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da CCR AutoBAn.

5.2 Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/03, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, não foram contratados nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

Relatório da Administração

No relacionamento com Auditor Independente, buscou-se avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

5.3 Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Jundiaí, 25 de fevereiro de 2015.

A Administração.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Avenida Professora Maria do Carmo Guimarães Pellegrini, nº 200, Bairro do Retiro, na cidade de Jundiaí, estado de São Paulo.

A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 01 de janeiro de 2027, a exploração do Sistema Rodoviário Anhanguera-Bandeirantes, composto pelas rodovias SP-330 e SP-348, entre São Paulo e Limeira, sendo responsável pela administração de 316,8 km, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo - DER/SP.

A Companhia iniciou suas operações em 1º de maio de 1998 e assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

- Na Rodovia Anhanguera:
 - Recapeamento inicial do trecho entre Campinas e Limeira. (a)
 - Construção de novas faixas de aceleração e desaceleração entre os km 13 e 124. (b)
 - Construção de 47 km de vias marginais no trecho entre São Paulo e Limeira. (b)
 - Implantação de 49 km de vias de 3ª e 4ª faixas, no trecho entre São Paulo e Limeira. (b)
 - Execução de nova ponte sobre o Rio Piracicaba. (a)
 - Implantação do trevo do RodoAnel no km 21. (a)
 - Recuperação do trevo do km 62. (a)
- Na Rodovia dos Bandeirantes:
 - Prolongamento de 76,7 km, alcançando o Município de Limeira. (a)
 - Implantação de 62 km de 4ª e 5ª faixas. (b)
 - Implantação do trevo do RodoAnel no km 20. (a)

a) Obras concluídas.

b) Obras divididas em trechos que estão sendo realizadas conforme previstos no contrato de concessão.

Em 06 de janeiro de 2010, a Companhia incorporou o trecho de 5,9 km das marginais do Rio Tietê, conforme segue:

- a) Marginal Direita do Rio Tietê – sentido Pinheiros, entre o km 4+400 (próximo à Ponte Ulysses Guimarães, estaca 4.260 do projeto DERSA) e o km 1+730;
- b) Marginal Esquerda do Rio Tietê – sentido Rodovia Ayrton Senna, entre o km 1+170 e o km 4+400 (próximo ao acesso à Rodovia dos Bandeirantes) – estaca 4.260 do projeto DERSA;
- c) Ligação da Rodovia Anhanguera, com as Marginais do Rio Tietê, incluindo acessos

Notas Explicativas

correspondentes.

Nos termos do artigo 2º do Decreto nº 55.016, de 11 de novembro de 2009, a operação do trecho incorporado ficou sob a responsabilidade da Companhia de Engenharia de Tráfego – CET, ficando sob responsabilidade da Concessionária apenas a manutenção e a conservação.

Instituto CCR

Em 19 de agosto de 2014, o Grupo CCR, constituiu o Instituto CCR com o objetivo de incentivar e promover atividades, programas e projetos nas áreas de cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico, sem finalidade lucrativa.

Outras informações relevantes

- **Processo nº 053.02.022800-0**

Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa nº 053.02.022800-0, ajuizada em 28 de fevereiro de 2002, pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a AutoBAn e outros, visando à declaração de nulidade da Concorrência 007/CIC/97 e do correspondente Contrato de Concessão. Os Requeridos apresentaram defesa prévia nos termos da Lei 8.429/92. Em abril de 2011, o Juiz proferiu despacho rejeitando a defesa prévia da AutoBAn, na qual se defendia, entre outros argumentos, que a AutoBAn foi incluída posteriormente no polo passivo da ação, após ocorrida a prescrição do direito de ação conforme inciso I do artigo 23 da Lei de Improbidade (até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança). Contra essa decisão, a AutoBAn apresentou recursos aos Tribunais Superiores, que aguardam juízo de admissibilidade. Em primeira instância, a AutoBAn apresentou contestação em 10 julho de 2014. O processo encontra-se em fase de instrução.

- **Procedimento Administrativo – Termo Aditivo Modificativo nº 16/06**

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela CCR AutoBAn, solicitação da ARTESP para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo referente ao Termo Aditivo Modificativo nº 16/06 de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012 a CCR AutoBAn foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até que, em 16 de dezembro de 2013, a AutoBAn apresentou o seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 17 de julho de 2014, a ARTESP encerrou o processo administrativo, entendendo que a controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajuizaram ações sobre referida controvérsia que estão sob sigilo de justiça.

- **Reajuste 2014**

A ARTESP determinou a aplicação de um índice de reajuste diverso do contratual, em razão de cálculo unilateral que considerou efeitos decorrentes da aplicação de índice de reajuste em 2013, mas impediu sua cobrança aos usuários devido à compensação (tarifa sobre eixos suspensos e redução da outorga variável).

Em 1º de julho de 2014 a concessionária propôs ação ordinária de desconstituição de ato administrativo, com pedido de condenação em obrigação de fazer e antecipação de tutela, visando, em sede liminar, aplicação, a partir de 1º de julho de 2014, do índice previsto no respectivo Contrato de Concessão às tarifas de pedágio. Em 2 de julho de 2014, foi proferida decisão indeferindo o pedido de antecipação dos efeitos da tutela pleiteado pela AutoBAn. Contra essa decisão a AutoBAn interpôs recurso de Agravo de Instrumento em 10 de julho de 2014. Em 16 de julho de 2014, foi concedida a antecipação dos efeitos da tutela requerida nos autos do Agravo de Instrumento. A ARTESP e o Estado requereram a reconsideração da decisão, que foi negada em 23 de julho de 2014. O julgamento do Agravo de Instrumento foi

Notas Explicativas

iniciado em 07 de outubro de 2014 com o voto do relator pelo provimento do recurso. Os demais Desembargadores pediram vista do recurso suspendendo o julgamento. O julgamento foi retomado em 28 de outubro de 2014, tendo sido negado provimento ao recurso por maioria de votos, aguarda-se a publicação dessa decisão.

Bens reversíveis

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

2. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia.

a) *Apuração do resultado*

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

b) *Receitas de Serviços*

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias;

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços;

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o CPC 17 – Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

c) *Instrumentos financeiros*

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

- Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo

Notas Explicativas

valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

- Instrumentos financeiros derivativos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício.

Hedge de valor justo: *hedge* de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.

Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de *hedge* atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do *hedge* é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. O ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge*, oriundo do risco de *hedge*, é registrado no resultado a partir dessa data.

Hedge de fluxo de caixa: *hedge* de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que (i) seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido (tal como todos ou alguns dos futuros pagamentos de juros sobre uma dívida de taxa variável) ou a uma transação prevista altamente provável e que (ii) possa afetar o resultado.

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica “Reserva de *hedge* de fluxo de caixa”. Os ganhos ou as perdas relacionados à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido.

Notas Explicativas

A contabilização de *hedge* é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio naquela data, permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio são reconhecidos imediatamente no resultado.

- Capital social – ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

f) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção, de bens que não estejam vinculados diretamente ao contrato de concessão, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão-de-obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessários para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que ele se refere, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

Notas Explicativas

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica. As principais taxas de depreciação estão demonstradas nas notas explicativas nº 11.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

g) Ativo intangível

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados.

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, a qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada.

- Direito de exploração de infraestrutura - vide item “q”.

h) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e suas reversões são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao

Notas Explicativas

crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

j) Provisão de manutenção - contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

k) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias sobre passivos financeiros e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e perdas por provisão para recuperação de ativos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

l) Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos são capitalizados durante a fase de construção.

Notas Explicativas

m) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

n) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos

Notas Explicativas

à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.

o) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

p) Direito da concessão

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia adota a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar ao Poder Concedente (divulgado na nota explicativa nº 24) com base nos termos contratuais, sob o entendimento dos contratos de concessão destas investidas serem contratos executórios. A Administração da Companhia avalia que estes contratos de concessão podem ser encerrados sem custos relevantes que não sejam indenizados.

q) Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, dependendo de sua classificação.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da

Notas Explicativas

infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

r) Demonstrações do valor adicionado

Foram elaboradas demonstrações do valor adicionado (DVA) da Companhia, nos termos do CPC 09 – Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

s) Novos pronunciamentos e interpretações

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2014 pelo International Accounting Standards Board – IASB, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia, nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
Alterações à IAS 19 - Planos de benefícios definidos- Contribuições dos empregados	Esclarece como uma entidade deve contabilizar as contribuições feitas por empregados ou terceiros que estejam relacionadas aos serviços prestados aos planos de benefícios definidos, levando em consideração se essas contribuições dependem da quantidade de anos de serviços prestados pelo empregado	(a)
Alterações à IAS 16 a IAS 38 - Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização	As alterações à IAS 16 proíbem as entidades de utilizarem um método de depreciação com base em receitas para itens do imobilizado. As alterações à IAS 38 introduzem uma presunção refutável de que as receitas não constituem base adequada para fins de amortização de um intangível	(b)
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes	(c)
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Revisão em 2014, contém exigências para: (a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; (b) metodologia de redução ao valor recuperável; (c) contabilização geral de <i>hedge</i>	(d)

- (a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014;
- (b) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016;
- (c) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017;
- (d) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

Adicionalmente, os pronunciamentos e as interpretações emitidos pelo IASB, listados a seguir, entraram em vigor no presente exercício e, portanto foram adotados pela Companhia em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, sem gerar efeitos.

Notas Explicativas

Pronunciamento	Descrição
Nova interpretação - IFRIC 21 - Tributos	Aborda sobre quando reconhecer uma obrigação relativa a tributos
Alterações à IAS 32 - Instrumentos financeiros compensação de ativos e passivos financeiros	Esclarece as exigências relacionadas à compensação de ativos e passivos financeiros.
Alterações à IAS 36 - Divulgações do valor recuperável de ativos não financeiros	Excluem a exigência de divulgação do valor recuperável de uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), para a qual o ágio ou outros ativos intangíveis, com vidas úteis indefinidas, foram alocados, quando não houver redução ao valor recuperável ou reversão da redução ao valor recuperável da correspondente UGC
Alterações à IAS 39 - Instrumentos financeiros: novação de derivativos e continuação da contabilização do "hedge"	Trazem a isenção da exigência de descontinuidade da contabilização de <i>hedge</i> quando um derivativo, designado como instrumento de <i>hedge</i> , é novado sob determinadas circunstâncias

3. Apresentação demonstrações financeiras

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei Federal nº 12.973/14, em conversão à MP nº 627/13, que alterou a legislação tributária federal para adequá-la à legislação societária e às novas normas contábeis, entre outras providências. A Administração não optou pela adoção de forma antecipada e, assim, quaisquer impactos tributários, se aplicáveis, ocorrerão a partir de janeiro de 2015.

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), as quais abrangem as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aplicadas de maneira consistente.

Em 25 de fevereiro de 2015, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo através do resultado.
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Notas Explicativas

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

2	Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - ICPC01 (R1)
7	Provisão para créditos de liquidação duvidosa
8b	Impostos diferidos
11	Depreciação do ativo imobilizado
12	Amortização dos ativos intangíveis
17	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários
18	Provisão de manutenção
22	Instrumentos financeiros

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e de divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg).

- Derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de *swaps* de taxa de juros, que visam à proteção contra riscos de taxas de juros.

Operações de *swap* de juros

Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente na data de mensuração.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão Geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de taxas de juros e inflação; e
- Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos, que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da TJLP e CDI relativos aos empréstimos em reais, (2) CDI e IPCA relativo às debêntures e IGP-M relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 13 e 14.

c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro abaixo representa os passivos financeiros não derivativos (valores brutos dos custos de transação), por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos
Financiamentos e arrendamentos mercantis (a)	45.445	52.695	-	-
Debêntures (a)	168.280	482.500	500.863	983.417

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 200.143, substancialmente composto por financiamentos e debêntures a pagar, conforme mencionado nas notas explicativas nº 13 e 14. Essas dívidas são substancialmente formadas por captações aplicadas em projetos já performados. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas.

Notas Explicativas**6. Caixa e equivalentes de caixa**

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Caixa e bancos	6.070	4.701
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	<u>121.507</u>	<u>90.791</u>
	<u>127.577</u>	<u>95.492</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas, em média, à taxa de 99,72% do CDI, equivalente a 10,73% ao ano (8,03% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2013).

7. Contas a receber

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Circulante		
Receitas acessórias (a)	3.332	2.934
Pedágio eletrônico – outros (b)	<u>5.584</u>	<u>4.254</u>
	8.916	7.188
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	<u>(2.105)</u>	<u>(1.337)</u>
	<u>6.811</u>	<u>5.851</u>

(a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão;

(b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas a Concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio;

(c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) – É constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia.

Idade de vencimentos dos títulos

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Créditos a vencer	6.569	5.594
Créditos vencidos até 60 dias	194	224
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	48	33
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	111	79
Créditos vencidos há mais de 181 dias	<u>1.994</u>	<u>1.258</u>
	<u>8.916</u>	<u>7.188</u>

Notas Explicativas

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.001.087	996.127
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(340.370)	(338.683)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Provisão para participação nos resultados (PLR)	194	(471)
Despesas com brindes e associações de classe	(238)	(262)
Despesas indedutíveis	(3.344)	(2.924)
Incentivos fiscais de dedução de imposto de renda	9.156	8.991
Outros ajustes tributários	2.891	(1.735)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(331.711)</u>	<u>(335.084)</u>
Impostos correntes	(304.524)	(318.736)
Impostos diferidos	(27.187)	(16.348)
	<u>(331.711)</u>	<u>(335.084)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>33,14%</u>	<u>33,64%</u>

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Bases ativas		
Depreciação de obras registradas no custo (a)	39.611	37.270
Constituição da provisão de manutenção (b)	17.873	5.969
Depreciação fiscal de gastos com obras registradas como provisão de manutenção (c)	66.167	80.339
Valor justo de operações de derivativos	35.774	7.283
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	3.812	2.320
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)	2.237	455
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.756	1.063
Outros	1.854	2.408
	<u>169.084</u>	<u>137.107</u>
Bases passivas		
Depreciação do ativo imobilizado (fiscal) <i>versus</i> amortização do ativo intangível (contábil) (d)	(185.298)	(173.773)
Custo de empréstimos capitalizados (e)	(63.700)	(57.749)
Valor justo de operações de derivativos	(39.122)	(10.547)
Ganho nas operações de derivativos	(14.356)	(1.490)
Outros	(1.869)	(1.622)
	<u>(304.345)</u>	<u>(245.181)</u>
Passivo diferido líquido	<u>(135.261)</u>	<u>(108.074)</u>

- (a) Diferenças temporárias oriundas das depreciações fiscais de obras qualificadas como custo, conforme legislação contábil e societária atual – Lei 11.638/07;

Notas Explicativas

- (b) Constituição da provisão de manutenção, cuja realização ocorrerá nos termos do item “c”, conforme legislação contábil e societária atual – Lei 11.638/07;
- (c) Diferença temporária oriunda da depreciação fiscal de obras qualificadas no escopo da provisão de manutenção, conforme legislação contábil e societária atual – Lei 11.638/07;
- (d) Diferença temporária entre a depreciação fiscal e a amortização contábil de obras qualificadas como melhorias, conforme legislação contábil e societária atual – Lei 11.638/07; e
- (e) Diferença temporária entre os custos de empréstimos mantidos no resultado fiscal e a despesa de depreciação oriunda dos custos de empréstimos capitalizados para fins contábeis, conforme legislação contábil e societária atual – Lei 11.638/07.

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	<u>Início da concessão (1)</u>					
	<u>2014</u>	<u>2013</u>				
Circulante	<u>4.727</u>	<u>4.727</u>				
	<u>Início da concessão (1)</u>		<u>Extensão do prazo da concessão (2)</u>		<u>Total</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Não Circulante	<u>51.997</u>	<u>56.724</u>	<u>831.239</u>	<u>696.057</u>	<u>883.236</u>	<u>752.781</u>

- (1) A Companhia efetuou pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamentos ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão às indenizações de contratos sub-rogados, que foram ativados e estão sendo apropriados ao resultado pelo prazo de concessão.
- (2) Para adequação do valor dos custos com outorga fixa em que o prazo da concessão foi estendido sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos está sendo ativada e será apropriada ao resultado no período de extensão das concessões.

Notas Explicativas**10. Partes relacionadas**

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2014 e 2013, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações				Saldos		
					Ativo	Passivo	
	Serviços prestados	Receitas	Intangível	Despesas financeiras	Contas a receber	Fornecedores e contas a pagar	Mútuos
Controladora							
CCR (a)	20.884	-	-	-	1	1.633	-
Outras partes relacionadas							
CPC (b)	31.384	-	-	-	239	2.502	-
MSVia (c)	-	-	-	-	6	-	-
NovaDutra (c)	-	-	-	-	4	-	-
RodoAnel Oeste (d)	-	-	-	5.917	-	-	275.134
RodoNorte (c)	-	-	-	-	2	-	-
Serveng Civisan (e)	-	-	25.149	-	-	5.395	-
Samm (f)	-	2.337	-	-	1.409	70	-
STP / CGMP / SGMP (g)	-	-	-	-	116.489	-	-
ViaOeste (c)	-	-	-	-	-	6	-
Total circulante, 31 de dezembro de 2014					117.798	9.606	5.917
Total não circulante, 31 de dezembro de 2014					352	-	269.217
Total, 31 de dezembro de 2014	52.268	2.337	25.149	5.917	118.150	9.606	275.134
Total, 31 de dezembro de 2013	63.580	851	63.545	-	109.017	13.096	-

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Remuneração dos administradores (h)	937	862

Na AGO realizada em 15 de abril de 2014, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R\$ 3.200, a qual não inclui os encargos sociais.

Despesas com profissionais chave da administração

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Remuneração: (h)		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.485	1.402
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado (i)	1.743	1.341
Previdência privada	198	182
Seguro de vida	5	6
	<u>3.431</u>	<u>2.931</u>

- Contrato de prestação de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- Contrato de prestação exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- Cessão de crédito de IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas, conforme autorizado pelo artigo 33 da Medida Provisória – MP 651/14, remunerada a taxa de 105% do

Notas Explicativas

CDI. Os juros serão pagos semestralmente, em abril e outubro de cada ano, até o vencimento final da operação, em 28 de outubro de 2019, quando será efetuado o pagamento do principal;

- e) Prestação de serviços por empreitada a preço global com vigência de 17 de abril de 2014 a 11 de fevereiro de 2015;
- f) Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados no 10º dia útil do mês subsequente após recebimento e aceitação. Qualquer atraso no pagamento sujeito à incidência de juros à taxa de 1% ao mês, calculados proporcionalmente a partir da data do vencimento até a data do efetivo pagamento, mais multa moratória de 2% sobre o valor devido e atualização monetária calculada pela variação do IGMP.
- g) Referem-se às receitas de pedágio eletrônico cobradas de usuários do Sistema Sem Parar, os quais serão repassados à Companhia no mês subsequente;
- h) Contempla o valor total a pagar referente à remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria, registradas no balanço patrimonial como obrigações trabalhistas; e
- i) Parte do valor refere-se ao adicional de provisão de participação de resultado em 2013, aprovado na Assembleia Geral Ordinária de abril de 2014.

11. Ativo Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	2014			2013		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Móveis e utensílios	12	3.121	(1.313)	1.808	4.741	(2.469)	2.272
Máquinas e equipamentos	14	37.640	(15.033)	22.607	35.751	(18.230)	17.521
Veículos	23	16.417	(7.818)	8.599	17.542	(11.442)	6.100
Equipamentos operacionais	16	128.525	(60.829)	67.696	160.184	(77.186)	82.998
Imobilizações em andamento	-	18.664	-	18.664	16.122	-	16.122
		<u>204.367</u>	<u>(84.993)</u>	<u>119.374</u>	<u>234.340</u>	<u>(109.327)</u>	<u>125.013</u>

O imobilizado em andamento refere-se, substancialmente, a equipamentos e sistemas em fase de instalação.

Notas Explicativas**Movimentação do custo**

	2013			2014	
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências (a)</u>	<u>Saldo final</u>
Móveis e utensílios	4.741	83	(1.709)	6	3.121
Máquinas e equipamentos	35.751	83	(8.512)	10.318	37.640
Veículos	17.542	2	(6.293)	5.166	16.417
Equipamentos operacionais	160.184	-	(36.511)	4.852	128.525
Imobilizações em andamento	16.122	21.682	-	(19.140)	18.664
	<u>234.340</u>	<u>21.850</u>	<u>(53.025)</u>	<u>1.202</u>	<u>204.367</u>

	2012			2013	
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências (a)</u>	<u>Saldo final</u>
Móveis e utensílios	4.412	331	(134)	132	4.741
Máquinas e equipamentos	28.019	495	(1.920)	9.157	35.751
Veículos	17.455	-	(1.147)	1.234	17.542
Equipamentos operacionais	115.922	351	(4.296)	48.207	160.184
Imobilizações em andamento	56.524	20.957	-	(61.359)	16.122
	<u>222.332</u>	<u>22.134</u>	<u>(7.497)</u>	<u>(2.629)</u>	<u>234.340</u>

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 1.622 em 2014 (R\$ 1.919 em 2013). A taxa média de capitalização no exercício de 2014 foi de 6,64% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 5,99% a.a. em 2013.

Movimentação da depreciação

	2013			2014	
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências (a)</u>	<u>Saldo final</u>
Móveis e utensílios	(2.469)	(287)	1.443	-	(1.313)
Máquinas e equipamentos	(18.230)	(3.796)	7.688	(695)	(15.033)
Veículos	(11.442)	(1.881)	5.505	-	(7.818)
Equipamentos operacionais	(77.186)	(17.728)	34.085	-	(60.829)
	<u>(109.327)</u>	<u>(23.692)</u>	<u>48.721</u>	<u>(695)</u>	<u>(84.993)</u>

	2012			2013	
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo final</u>	
Móveis e utensílios	(2.265)	(316)	112	(2.469)	
Máquinas e equipamentos	(16.110)	(2.981)	861	(18.230)	
Veículos	(10.810)	(1.475)	843	(11.442)	
Equipamentos operacionais	(64.668)	(16.304)	3.786	(77.186)	
	<u>(93.853)</u>	<u>(21.076)</u>	<u>5.602</u>	<u>(109.327)</u>	

(a) Reclassificações do ativo intangível para o imobilizado

Notas Explicativas

12. Ativos Intangíveis

	Taxa média anual de amortização %	2014			2013		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Direitos de exploração da infraestrutura	(*)	2.890.180	(711.723)	2.178.457	2.649.545	(606.531)	2.043.014
Direitos de uso de sistemas informatizados	24	8.604	(5.843)	2.761	8.344	(4.585)	3.759
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	5.266	(3.707)	1.559	5.202	(3.016)	2.186
		<u>2.904.050</u>	<u>(721.273)</u>	<u>2.182.777</u>	<u>2.663.091</u>	<u>(614.132)</u>	<u>2.048.959</u>

(*) Amortização pela curva do benefício econômico

Movimentação do custo

	2013		2014	
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	2.649.545	242.161	(1.526)	2.890.180
Direitos de uso de sistemas informatizados	8.344	-	260	8.604
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	5.202	-	64	5.266
	<u>2.663.091</u>	<u>242.161</u>	<u>(1.202)</u>	<u>2.904.050</u>

	2012		2013	
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	2.317.704	332.071	(230)	2.649.545
Direitos de uso de sistemas informatizados	5.996	37	2.311	8.344
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	4.654	-	548	5.202
	<u>2.328.354</u>	<u>332.108</u>	<u>2.629</u>	<u>2.663.091</u>

Movimentação da amortização

	2013		2014	
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	(606.531)	(105.888)	696	(711.723)
Direitos de uso de sistemas informatizados	(4.585)	(1.257)	(1)	(5.843)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	(3.016)	(691)	-	(3.707)
	<u>(614.132)</u>	<u>(107.836)</u>	<u>695</u>	<u>(721.273)</u>

	2012		2013	
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura		(522.148)	(84.383)	(606.531)
Direitos de uso de sistemas informatizados		(3.666)	(919)	(4.585)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados		(2.360)	(656)	(3.016)
		<u>(528.174)</u>	<u>(85.958)</u>	<u>(614.132)</u>

(a) Reclassificação do ativo intangível para o ativo imobilizado

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 26.888 em 2014 (R\$ 15.462 em 2013) A taxa média de capitalização no exercício de 2014 foi de 6,64% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 5,99% a.a. em 2013.

Notas Explicativas**13. Financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros**

<u>Instituições financeiras</u>	<u>Taxas contratuais</u>	<u>Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)</u>	<u>Custos de transação incorridos</u>	<u>Saldos dos custos a apropriar 2014</u>	<u>Vencimento Final</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>	
1 BNDES - FINEM III	TJLP + 2,12% a.a.	0,0530% (a)	535	45	Fevereiro de 2017	89.500	130.752 (b)	
1 BNDES - FINEM IV	TJLP + 2,12% a.a.	N/I	-	-	Fevereiro de 2017	8.444	12.338 (b)	
Alfa S.A. (Finame)	5,50% a.a.	N/I	-	-	Julho de 2017	151	212 (c)	
Banco Bradesco S/A (Finame)	7,00% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2014	-	95 (c)	
Bradesco S.A. (Arrend. Mercantil)	1,14% a.m.	N/I	-	-	Novembro de 2014	-	247 (c)	
Itaú leasing S.A (Arrend. Mercantil)	1,2321% a.m.	N/I	-	-	Maior de 2014	-	12 (c)	
Total em moeda nacional				45		98.095	143.656	
Circulante								
Financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros						45.445	45.909	
Custos de transação						(32)	(50)	
						45.413	45.859	
Não Circulante								
Financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros						52.695	97.841	
Custos de transação						(13)	(44)	
						52.682	97.797	

N/I - Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada pela taxa média ponderada.

Garantias:

- (b) Fiança bancária.
(c) Fiança bancária com aval do acionista controlador.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>2014</u>
2016	45.145
2017	<u>7.550</u>
	<u><u>52.695</u></u>

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de financiamentos, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

- Em 05 de fevereiro de 2009, foi contratado financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no valor total de R\$ 267.353, liberado em 6 parcelas, entre 2009 e 2011.

O principal está sendo amortizado em 72 parcelas mensais, de 15 de março de 2011 até 15 de fevereiro de 2017.

Os juros foram pagos trimestralmente nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano, entre 15 de maio de 2009 e 15 de fevereiro de 2011. Desde 15 de março de 2011, os juros estão sendo pagos mensalmente, sendo que a última parcela será paga em 15 de fevereiro de 2017.

Notas Explicativas

14. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Custo efetivo do custo de transação (% a.a)	Custo de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	Vencimento final	2014	2013
1 1a Emissão - Série 1	IGPM + 10,65% a.a.	0,1630% (a)	877	-	Abril de 2014	-	28.195 (e)
2 4a Emissão - Série 1	109% do CDI	0,1217% (b)	4.151	2.221	Setembro de 2017	967.824	965.531 (f)
4a Emissão - Série 2 (c)	IPCA + 2,71% a.a.	0,0983% (a)	1.100	375	Outubro de 2017	142.670	131.059 (f)
3 5ª Emissão - Série única (d)	IPCA + 4,88% a.a.	0,04115% (a)	9.147	7.006	Outubro de 2018	465.385	434.862 (f)
4 6ª Emissão - Série única (c)	IPCA + 5,428% a.a.	0,02831% (a)	7.650	7.397	Outubro de 2019	241.183	- (f)
6ª Emissão - Série única	IPCA + 5,428% a.a.			-	Outubro de 2019	300.999	- (f)
Total geral				16.999		<u>2.118.061</u>	<u>1.559.647</u>
						2014	2013
Circulante							
Debêntures						168.280	37.340
Custos de transação						(4.876)	(3.123)
						<u>163.404</u>	<u>34.217</u>
Não Circulante							
Debêntures						1.966.780	1.535.009
Custos de transação						(12.123)	(9.579)
						<u>1.954.657</u>	<u>1.525.430</u>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.
- (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.
- (c) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 25.
- (d) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado (*fair value option*).

Garantias:

- (e) Penhor de 55% das ações e das contas bancárias e cessão da indenização e dos recebíveis.
- (f) Não existem garantias.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>2014</u>
2016	482.500
2017	500.863
2018	449.511
2019	<u>533.906</u>
	<u>1.966.780</u>

Notas Explicativas

A seguir especificamos as principais condições, garantias e restrições vinculadas às emissões de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro de debêntures. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Em 31 de março de 2014, foi liquidada integralmente a 1ª série da 1ª emissão de debêntures, não restando mais debêntures vigentes desta emissão.
2. Em 15 de outubro de 2012, foi realizada a 4ª emissão pública de debêntures, num total de 1.100.000 debêntures simples, em duas séries, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública, com valor nominal total de R\$ 1.100.000, na data de emissão.

Foram emitidas 965.000 debêntures da 1ª série, ao valor nominal total de R\$ 965.000 na data da emissão.

As debêntures da 1ª série são remuneradas a 109% do CDI.

O valor nominal das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Amortização: em 8 parcelas trimestrais, iguais e consecutivas, sendo a primeira amortização em 15 de dezembro de 2015 e a última, na data de vencimento, em 15 de setembro de 2017;
- Juros: trimestralmente, entre 15 de junho de 2013 e 15 de setembro de 2017.

As debêntures da 1ª série poderão ser facultativamente resgatadas, total ou parcialmente, a qualquer momento, a critério da emissora mediante pagamento de prêmio.

Foram emitidas 135.000 debêntures da 2ª série, com valor nominal total de R\$ 135.000 na data da emissão. As debêntures têm seu valor nominal atualizado pelo IPCA mais juros remuneratórios de 2,71% a.a. sobre o valor atualizado.

O valor nominal atualizado das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Amortização: em uma única parcela, na data de vencimento, em 15 de outubro de 2017;
- Juros: semestralmente, entre 15 de abril de 2013 e 15 de outubro de 2017.

As debêntures da 2ª série não podem ser resgatadas antecipadamente.

O principal critério para vencimento antecipado das debêntures desta emissão é a distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA da emissora seja superior a 4, exceto se a Companhia optar por contratar e apresentar do Agente fiduciário carta(s) de fiança bancária no valor correspondente à dívida representada pelas debêntures em circulação, emitida por uma instituição financeira autorizada, conforme definição expressa na escritura de emissão destas debêntures.

Em 28 de maio de 2013, foi contratada operação de *swap*, onde houve a troca do indexador IPCA + 2,71% a.a., para todos os vencimentos de juros e principal referentes à 4ª emissão de debêntures da 2ª série, pelo percentual de 88,95% do CDI.

3. Em 17 de outubro de 2013, foi realizada a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, nos termos da Instrução da CVM nº 400, no valor nominal total de R\$ 450.000, não podendo ser facultativamente resgatadas.

Notas Explicativas

Os juros serão pagos semestralmente, a partir de 15 de abril de 2014, sendo o principal amortizado no vencimento da operação, em 15 de outubro de 2018.

As debêntures têm seu valor nominal atualizado pelo IPCA e juros remuneratórios de 4,88% a.a. sobre o valor atualizado.

O principal critério para vencimento antecipado das debêntures desta emissão é a distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, pela emissora, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado da emissora seja superior a 4.

Em 17 de outubro de 2013, foi contratada operação de *swap*, onde houve a troca do indexador IPCA + 4,88% a.a., para todos os vencimentos de juros e principal, pelo percentual de 98% do CDI.

4. Em 27 de outubro de 2014, foi realizada a 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, nos termos da Instrução da CVM nº 400, no valor nominal total de R\$ 545.000, não podendo ser facultativamente resgatadas.

Os juros serão pagos semestralmente, a partir de 15 de abril de 2015, sendo o principal amortizado no vencimento da operação, em 15 de outubro de 2019.

As debêntures têm seu valor nominal atualizado pelo IPCA e juros remuneratórios 5,428% a.a., incidentes sobre o valor nominal atualizado.

O principal critério para vencimento antecipado das debêntures desta emissão é a distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, pela emissora, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado da emissora seja superior a 4, exceto se a Companhia optar por contratar e apresentar ao Agente Fiduciário carta(s) de fiança bancária no valor correspondente à dívida representada pelas debêntures em circulação, emitida por uma instituição financeira autorizada, conforme definição expressa na escritura de emissão desta debênture.

Em 27 de outubro de 2014, foi contratada operação de *swap* para R\$ 250.000, onde houve a troca do indexador IPCA + 5,428% a.a., para todos os vencimentos de juros e principal, pelo percentual de aproximadamente 98% do CDI.

15. Fornecedores

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais	12.848	29.293
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros	190	23
Cauções e retenções contratuais	<u>15.949</u>	<u>14.538</u>
	<u>28.987</u>	<u>43.854</u>

Notas Explicativas**16. Obrigações fiscais***a. Obrigações fiscais federais, estaduais e municipais – Circulante*

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
IRPJ e CSLL	113.437	130.463
ISS	8.706	9.184
COFINS	5.088	4.743
PIS	1.102	1.028
PIS, COFINS e CSLL retidos	475	470
INSS retido	296	1.736
IRRF	128	157
	<u>129.232</u>	<u>147.781</u>

b. Obrigações fiscais federais parceladas

	<u>2013</u>	<u>2014</u>			
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Provisão de juros</u>	<u>Realização (a)</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldo final</u>
Circulante	38.657	1.968	(143.132)	102.507	-
Não circulante	350.639	21.086	(269.218)	(102.507)	-
Total	<u>389.296</u>	<u>23.054</u>	<u>(412.350)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>2012</u>	<u>2013</u>			
Circulante	36.650	2.007	(34.944)	34.944	38.657
Não circulante	364.820	20.763	-	(34.944)	350.639
Movimento em 2013	<u>401.470</u>	<u>22.770</u>	<u>(34.944)</u>	<u>-</u>	<u>389.296</u>

- (a) Em 29 outubro de 2014 os impostos parcelados através da Lei nº 11.941/09 foram objeto de quitação antecipada por meio da sistemática prevista no artigo 33 da Medida Provisória nº 651/14, posteriormente convertida na Lei nº 13.043/15, mediante utilização de saldos de prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas próprios ou cedidos por outras pessoas jurídicas controladas pela mesma empresa controladora e pagamento em dinheiro de no mínimo 30% do saldo do parcelamento.

Notas Explicativas**17. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários**

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2013			2014		
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Atualização monetária	Pagamentos	Saldo final
Não circulante						
Cíveis	424	656	(222)	1.446	(424)	1.880
Trabalhistas e previdenciários	1.813	4.806	(984)	47	(1.212)	4.470
Tributários	4.589	51	-	224	-	4.864
	<u>6.826</u>	<u>5.513</u>	<u>(1.206)</u>	<u>1.717</u>	<u>(1.636)</u>	<u>11.214</u>
	2012		2013			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Saldo final	
Não circulante						
Cíveis	854	871	-	(1.301)	424	
Trabalhistas e previdenciários	388	2.423	(247)	(751)	1.813	
Tributários	-	4.589	-	-	4.589	
	<u>1.242</u>	<u>7.883</u>	<u>(247)</u>	<u>(2.052)</u>	<u>6.826</u>	

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos, na esfera cível e trabalhista nos montantes de R\$ 1.000 e R\$ 1.321, respectivamente em 2014 (R\$ 708 e R\$ 888, respectivamente em 2013).

A companhia possui outros processos passivos relativos a questões trabalhistas e cíveis, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2014	2013
Cíveis e administrativo	6.675	7.104
Trabalhistas e previdenciários	2.199	5.936
Tributárias	695	7.284
	<u>9.569</u>	<u>20.324</u>

Além de efetuar depósitos judiciais, a Companhia contratou fianças bancárias no montante de R\$ 131.051 para os processos em andamento.

Notas Explicativas

18. Provisão de manutenção

	2013		2014		
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Saldo final
Circulante	1.835	21.785	565	(3.175)	21.010
Não circulante	15.720	13.763	2.076	-	31.559
Total	17.555	35.548	2.641	(3.175)	52.569

	2012		2013		
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Saldo final
Circulante	7.443	15.413	371	(21.392)	1.835
Não circulante	603	14.665	452	-	15.720
Movimento em 2013	8.046	30.078	823	(21.392)	17.555

As taxas para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão até 2009 e de 2010 a 2014 são de 14,75% a.a., 12,34% a.a., 12,62% a.a., 8,20% a.a., 10,14% a.a. e 12,29% a.a., respectivamente. As mesmas são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem.

19. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 246.750, compostos por 175.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal.

b) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social o qual já foi atendido.

c) Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2014, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. Esta retenção está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração (CAD) e recomendado pelo Conselho de Administração, o qual será submetido à aprovação dos acionistas na AGO de 2015.

A proposta de orçamento de capital está justificada substancialmente, pela necessidade de aplicação em investimentos na infraestrutura a serem realizados para atendimento aos requerimentos dos contratos de concessão.

d) Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o Estatuto Social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

Foi aprovado o pagamento de parte dos dividendos adicionais propostos no montante de R\$ 80.500, correspondentes a R\$ 0,46 por ação, com pagamento em 29 de abril de 2014 e no montante de R\$ 68.250, correspondentes a R\$ 0,39 por ação, com pagamento em 30 de maio de 2014.

Notas Explicativas

Em 29 de julho de 2014, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração o pagamento dos dividendos adicionais propostos no montante de R\$ 28.250, correspondentes a R\$ 0,16 por ação e, a distribuição de dividendos intermediários à conta de Reserva de Retenção de Lucros no montante de R\$ 43.500, correspondentes a R\$ 0,24 por ação, com pagamento em 31 de julho de 2014.

Em 28 de agosto de 2014, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração o pagamento dos dividendos intermediários à conta de Reserva de Retenção de Lucros no montante de R\$ 70.000, correspondentes a R\$ 0,40 por ação, com pagamento em 29 de agosto de 2014.

Em 28 de outubro de 2014, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração o pagamento dos dividendos intermediários à conta de Reserva de Retenção de Lucros no montante de R\$ 83.809, correspondentes a R\$ 0,48 por ação e, a distribuição de dividendos antecipados de 2014 no montante de R\$ 378.691, correspondentes a R\$ 2,16 por ação, com pagamento em 29 de outubro de 2014.

A Administração propõe a distribuição complementar de dividendos aos seus acionistas, referente ao exercício de 2014, no montante de R\$ 94.000, correspondente a R\$ 0,54 por ação, a ser submetida à aprovação na próxima AGO.

Lucro líquido do exercício	669.376
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido	<u>167.344</u>
Dividendos intermediários pagos	378.691
Dividendo adicional proposto	<u>94.000</u>
	472.691

e) Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que potencialmente poderiam diluir os resultados por ação.

(Em milhares, exceto lucro por ação)	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Numerador		
Lucro líquido do exercício	669.376	661.043
Denominador		
Média ponderada de ações - básico e diluído (em milhares)	175.000	175.000
Lucro por ação - básico e diluído	<u>3,82501</u>	<u>3,77739</u>

Notas Explicativas**20. Receitas**

	2014	2013
Receitas de pedágio	1.941.117	1.834.855
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	215.239	315.837
Receitas acessórias	28.363	24.588
Receita bruta	2.184.719	2.175.280
Impostos sobre receitas	(150.624)	(144.551)
Abatimentos	(6.739)	-
Deduções das receitas brutas	(157.363)	(144.551)
Receita líquida	2.027.356	2.030.729

21. Resultado financeiro

	2014	2013
Despesas Financeiras		
Juros sobre financiamentos, debêntures e arrendamentos mercantis	(154.810)	(112.038)
Juros sobre mútuos	(5.917)	-
Variação monetária sobre financiamentos e debêntures	(46.991)	(16.705)
Perda com operações de derivativos	(74.030)	(23.552)
Juros sobre impostos parcelados	(23.054)	(22.770)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(2.641)	(823)
Capitalização de custos dos empréstimos	28.510	17.381
Valor justo sobre financiamentos (<i>fair value option</i>)	(40.095)	(324)
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(6.313)	(10.387)
	<u>(325.341)</u>	<u>(169.218)</u>
Receitas Financeiras		
Ganho com operações de derivativos	75.481	4.382
Valor justo sobre financiamentos (<i>fair value option</i>)	46.406	31.021
Rendimento sobre aplicações financeiras	7.597	12.048
Juros e outras receitas financeiras	2.990	4.552
Variação monetária sobre financiamentos e debêntures	1.214	129
	<u>133.688</u>	<u>52.132</u>
Resultado financeiro líquido	(191.653)	(117.086)

22. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Não são efetuados aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetua operações definidas como derivativos exóticos.

Notas Explicativas

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora CCR S.A. possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão classificadas e reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	2014			2013		
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Aplicações financeiras	121.507	-	-	90.791	-	-
Contas a receber	-	6.811	-	-	5.851	-
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	-	118.150	-	-	109.017	-
Contas a receber com operações de derivativos	66.467	-	-	-	-	-
Passivos						
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	-	-	-	(259)
Financiamentos em moeda nacional (a)	-	-	(98.095)	-	-	(143.397)
Debêntures (a)	(849.238)	-	(1.268.823)	(565.921)	-	(993.726)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(45.946)	-	-	(61.667)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(9.606)	-	-	(13.096)
Mútuos - partes relacionadas	-	-	(275.134)	-	-	-
Contas a pagar com operações de derivativos	(51.404)	-	-	(16.716)	-	-
	<u>(712.668)</u>	<u>124.961</u>	<u>(1.697.604)</u>	<u>(491.846)</u>	<u>114.868</u>	<u>(1.212.145)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações;
- **Contas a receber e contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações;
- **Financiamentos em moeda nacional e arrendamento mercantil financeiro** - Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos;

Notas Explicativas

Debêntures mensuradas ao custo amortizado - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	2014		2013	
	Valor contábil (a)	Valor Justo (b)	Valor contábil (a)	Valor Justo (b)
Debêntures	1.271.044	1.280.689	997.103	1.021.601

(a) Valores brutos dos custos de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia do valor justo”, abaixo.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente.

Debêntures mensuradas ao valor justo por meio do resultado (*fair value option e hedge accounting*) - A Companhia emitiu debêntures da 2ª série, da 4ª emissão, remuneradas a 2,71% ao ano sobre a variação do IPCA, sendo que na mesma data da emissão foi firmado contrato de *swap* trocando a remuneração por 88,95% do CDI. Além disso, emitiu debêntures da 5ª emissão, remuneradas a 4,88% ao ano, sobre a variação do IPCA, sendo que na mesma data da emissão foi firmado contrato de *swap* trocando a totalidade da remuneração por 98% do CDI.

Em 27 de outubro, a Companhia emitiu debêntures da 6ª Emissão. séria única, remuneradas a 5,428% ao ano sobre a variação do IPCA, sendo que na mesma data da emissão foram firmados contratos de *swap* trocando a remuneração por CDI.

A Administração da Companhia entendeu que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (*fair value option/hedge accounting*), tal qual a ponta ativa do derivativo, resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo enquanto que a dívida seria pelo custo amortizado. Caso estes empréstimos fossem mensurados pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 886.245 em 31 de dezembro de 2014. Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa nº 14.

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	2014	2013
Aplicações financeiras	121.507	90.791
Debêntures	(849.238)	(565.921)
Derivativos	15.063	(16.716)

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Notas Explicativas

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação da totalidade da 2ª série da 4ª emissão de debêntures, da 5ª emissão e parcialmente para a 6ª emissão de debêntures, de série única.

Notas E:

Contraparte	Data de início dos contratos	Data de Vencimento	Posição (Valores de Referência)	Valores de Referência (Noctonal)		Valor Justo		Valores Brutos Liquidados		Efeito Acumulado		Resultado					
				Moeda Local		Moeda Local		Moeda Local		Moeda Local		Valores a receber/(recebidos)		Valores a pagar/(pagos)		Efeito acumulado ganho/(Perda)	
				31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	
Posição ativa	28/05/2013	16/10/2017	IPCA + 2,71% 88,95% do CDI	141.170	141.170	143.238 (139.507)	131.566 (137.815)	(8.651)	(2.454)	13.860	-	(10.129)	(6.249)	1.329	(8.703)		
Posição passiva				-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Posição ativa	17/10/2013	15/10/2018	IPCA + 4,88% 98% do CDI	450.000	450.000	472.391 (456.802)	443.679 (454.146)	(21.677)	-	42.659	-	(27.070)	(10.467)	4.379	(10.467)		
Posição passiva				-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Posição ativa	27/10/2014	15/10/2019	IPCA + 5,42% 98,90% do CDI	100.000	-	99.432 (101.462)	-	-	-	3.732	-	(5.762)	-	(2.030)	-		
Posição passiva				-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Posição ativa	27/10/2014	15/10/2019	IPCA + 5,42% 97,65% do CDI	100.000	-	99.432 (100.886)	-	-	-	4.167	-	(5.621)	-	(1.454)	-		
Posição passiva				-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Posição ativa	27/10/2014	15/10/2019	IPCA + 5,42% 97,85% do CDI	50.000	-	49.716 (50.489)	-	-	-	2.049	-	(2.822)	-	(773)	-		
Posição passiva				-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 31/12/2014				841.170	591.170	15.063 (16.716)	(16.716)	(30.328)	(2.454)	66.467	-	(51.404)	(16.716)	1.451	(19.170)		

Notas Explicativas

(1) O contrato possui vencimentos semestrais em abril e outubro de cada ano até o vencimento final.

Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Riscos de juros	<u>1.451</u>	<u>(19.170)</u>

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em entendimento à Instrução CVM nº 475 apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade referentes aos juros e variações monetárias.

Nas análises de sensibilidade não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2015 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ ⁽⁵⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos Financeiros						
Debêntures	Aumento do IPC-A	Outubro de 2017	155.062	(14.433)	(17.004)	(19.575)
Debêntures	Aumento do IPC-A	Outubro de 2018	490.876	(56.622)	(64.895)	(73.167)
Debêntures	Aumento do IPC-A	Outubro de 2019	556.084	(67.180)	(76.488)	(85.794)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2017	(155.292)	14.465	17.043	19.621
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2018	(490.876)	56.622	64.895	73.167
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2019	(255.741)	30.896	35.176	39.457
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2017	144.056	(14.612)	(18.237)	(21.851)
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2018	460.145	(51.680)	(64.576)	(77.463)
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2019	254.828	(28.679)	(36.143)	(43.361)
Debêntures	Aumento do CDI	Setembro de 2017	970.045	(121.914)	(152.557)	(183.263)
BNDES	Aumento da TJLP	Fevereiro de 2017	97.989	(7.077)	(8.320)	(9.564)
Total do efeito de ganho ou perda				<u>(260.214)</u>	<u>(321.106)</u>	<u>(381.793)</u>

As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾:

CDI ⁽²⁾	11,57%	14,46%	17,36%
IPC-A ⁽³⁾	6,12%	7,65%	9,18%
TJLP ⁽⁴⁾	5,00%	6,25%	7,50%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo. Nos itens (2) a (4) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

(2) Refere-se à taxa de 31/12/2014, divulgada pela CETIP;

Notas Explicativas

- (3) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo Banco Central do Brasil.
- (4) Refere-se à taxa de 31/12/2014, divulgada pela BNDES;
- (5) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 31/12/2014, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

23. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2014, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia foram resumidas conforme abaixo:

- Riscos de engenharia – ampliação e melhoramentos, cobertura de obra – R\$ 92.295;
- Riscos de engenharia – conservação e manutenção – R\$ 25.000;
- Riscos patrimoniais / operacionais – R\$ 78.800;
- Responsabilidade civil – R\$ 98.500;
- Perda de receita – R\$ 175.012.

Além disso, a Companhia possui um seguro garantia de R\$ 417.819, cobrindo riscos relativos às obrigações previstas no contrato de concessão, tendo como beneficiário o Poder Concedente.

Veículos: Cobertura para danos materiais de R\$ 76.000 (R\$ 500 por veículo) e para danos morais de R\$ 15.200 (R\$ 100 por veículo).

24. Compromissos vinculados a contratos de concessão

a. Compromissos com o Poder Concedente

Outorga fixa

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, assumido no processo de licitação, determinado com base no valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, em parcelas iguais mensais até 2018, corrigidas pela variação do IGP-M, em julho de cada ano.

	<u>Valor nominal</u>		<u>Valor presente</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Outorga fixa	977.717	1.188.399	900.520	1.043.237

Notas Explicativas

Esses compromissos, atualizados até 31 de dezembro de 2014, estavam assim distribuídos:

	Valor Nominal	Valor Presente
2015	293.315	285.693
2016	293.315	272.089
2017	293.315	259.132
2018	<u>97.772</u>	<u>83.606</u>
	<u><u>977.717</u></u>	<u><u>900.520</u></u>

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

No decorrer do exercício de 2014 foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 282.658 (sendo R\$ 246.899 em caixa e R\$ 35.759 através de encontro de contas financeiros referente ao direito de outorga fixa (R\$ 264.041 no exercício de 2013, sendo R\$ 232.790 em caixa e R\$ 31.251 através de encontro de contas financeiros).

A Companhia está retendo 8,26% de cada uma das 86 (oitenta e seis) parcelas restantes do ônus fixo, no período de março de 2011 a abril de 2018, autorizada pelo Termo Aditivo Modificativo nº 24, de abril de 2011, como parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras já realizadas.

Outorga variável

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 3% da receita mensal bruta, exceto para os meses de julho, agosto, setembro, novembro e dezembro, cuja alíquota foi de 1,5% conforme autorizado pelo Poder Concedente.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 29.392 referente ao direito de outorga variável (R\$ 45.535 no exercício de 2013).

b. Compromissos relativos à concessão

A concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrado abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
		(Reapresentado)
Compromisso de investimento	<u>156.821</u>	<u>225.018</u>

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

c. Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins

De acordo com Termo Aditivo Modificado nº 16/06, a partir de maio de 2007 até o final da Concessão, a diferença de 2% para 3% referente à majoração da alíquota da COFINS sobre os fatos

Notas Explicativas

geradores ocorridos a partir de abril de 2007 e recolhida pela Companhia, será descontada mensalmente do direito de outorga fixa da Concessão, recompondo o equilíbrio financeiro do contrato, uma vez que não foi considerada a incidência dessa contribuição nas projeções financeiras que serviram de base à adjudicação do objeto da licitação.

25. Plano de previdência privada (contribuição definida)

a. Contribuição definida

Os montantes reconhecidos como despesas em 2014 e 2013, relativo ao plano de previdência privada (contribuição definida) estão demonstrados abaixo:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Plano de previdência privada (contribuição definida)	781	763

26. Demonstração dos fluxos de caixa

Abaixo demonstramos os efeitos de transações que não afetaram caixa e, portanto, foram ajustadas na demonstração dos fluxos de caixa de exercício de 2014:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fornecedores	45.011	44.684
Fornecedores - partes relacionadas	(13.549)	13.050
Mútuos - partes relacionadas	<u>(269.217)</u>	<u>-</u>
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>(237.755)</u>	<u>57.734</u>
Adições ao ativo intangível	<u>(31.462)</u>	<u>(57.734)</u>
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	<u>(31.462)</u>	<u>(57.734)</u>
Impostos parcelados	<u>269.217</u>	<u>-</u>
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>269.217</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas

Composição do Conselho da Administração

Antônio Linhares da Cunha	Conselheiro
Arthur Piotto Filho	Conselheiro
Ítalo Roppa	Conselheiro
José Braz Cioffi	Conselheiro
Leonardo Couto Vianna	Conselheiro
Marcus Rodrigo de Senna	Conselheiro
Paulo Yukio Fukuzaki	Conselheiro
Renato Alves Vale	Conselheiro

Composição da Diretoria

Maurício Soares Vasconcellos	Diretor Presidente e de Relação com Investidores
Roberto Siriani de Oliveira	Diretor Operacional

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP129452-O/3

**CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGÜERA-
BANDEIRANTES S.A.
CNPJ nº 02.451.848/0001-62
NIRE 35.300.154.461
COMPANHIA ABERTA**

ORÇAMENTO DE CAPITAL

Srs. Acionistas, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades Anônimas e do artigo 25, §1º, inciso IV, da IN CVM 480, apresentamos a V. Sas. para análise e posterior aprovação na Assembleia, a proposta de Orçamento de Capital para os exercícios sociais de 2015 e 2016, no valor de R\$ 267.218.000,00 (duzentos e sessenta e sete milhões, duzentos e dezoito mil reais), conforme fontes de financiamento abaixo, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 25 de fevereiro de 2015.

Proposta de Orçamento de Capital: R\$ 267.218.000,00

Aplicações

Investimento planejado para atendimento a compromissos da Companhia em 2015 e 2016	R\$ 267.218.000,00
--	--------------------

Origens/Fontes de Financiamento

Reserva de Retenção de Lucros até 31 de dezembro de 2014	R\$ 196.685.572,03
Outros Recursos Próprios e/ou de Terceiros	R\$ 70.532.427,97

Jundiaí, 25 de fevereiro de 2015.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Renato Alves Vale
Presidente

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas, Conselheiros e Administradores da

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

Jundiaí - SP

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

João Rafael Belo de Araújo Filho

Contador

CRC nº1 SP 246752/O-6

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Deloitte Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido em 25 de fevereiro de 2015 e com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Jundiaí, 25 de fevereiro de 2015.

Sr. MAURÍCIO SOARES VASCONCELLOS

Diretor Presidente e de Relação com Investidores

Sr. ROBERTO SIRIANI DE OLIVEIRA

Diretor Operacional

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Deloitte Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido em 25 de fevereiro de 2015 e com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Jundiaí, 25 de fevereiro de 2015.

Sr. MAURÍCIO SOARES VASCONCELLOS

Diretor Presidente e de Relação com Investidores

Sr. ROBERTO SIRIANI DE OLIVEIRA

Diretor Operacional